



Ata nº113

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social e Polivalente de Ega (CSPE), na sua sede, sita na Rua da Calçada, nº20, Casal da Vila, Ega, concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Leitura e votação da Ata da Assembleia Geral anterior;

Ponto dois - Voto de Homenagem aos dirigentes, Ângelo Monteiro Tarrenta e Mário Augusto Pimentel Rebelo pelos anos de dedicação e serviço ao Centro Social e Polivalente de Ega;

Ponto três - Plano Anual de Ação para dois mil e vinte e cinco, Conta de Exploração Previsional e Orçamento para dois mil e vinte e cinco:

- a. Apresentação e análise;
- b. Leitura do parecer do Conselho Fiscal;
- c. Votação dos respetivos documentos;

Ponto quatro - Informações.

Por não se encontrarem presentes na hora marcada a maioria dos sócios com direito a voto, a sessão teve início meia hora depois nos termos do artigo 31º - dos Estatutos. Tendo em conta a ausência de segundo-secretário, foi eleito para o referido lugar, nos termos do artigo 26º - nº 3 dos Estatutos, a sócia Lúcia Ferreira.

A Presidente da Mesa deu início à sessão com a ratificação da Ata da reunião anterior, aludindo que a mesma se encontra no site.

O sócio Manuel Branco pede a palavra dando nota pela mudança do formato da ata para livro digital sendo que, para se formar um livro serão necessárias muitas atas, alertando para o cuidado com as mesmas. Quanto à numeração sugere que se dê continuidade à numeração anterior dado que existe todo um histórico que se deve preservar.



A Presidente da Mesa coloca a ata a votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção.

A Presidente da Mesa passa ao ponto dois da ordem de trabalhos propondo que para além do voto de homenagem também se faça um voto de pesar pelo falecimento dos antigos dirigentes. Neste sentido, leu o texto que se transcreve de seguida na íntegra: “No ano em que se comemora 47 anos que se formalizou, por escritura pública, a constituição da Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Ega partiram dois Homens que contribuíram para a construção de um legado importantíssimo para a Ega e que jamais deixará de se fazer notar nesta comunidade.

Falamos de Ângelo Monteiro Tarrenta, sócio n.º 46, falecido a 18 de abril de 2024 e Mário Augusto Pimentel Rebelo, sócio n.º 13, falecido a 28 de outubro de 2024.

De espírito generoso e com o gosto pela causa pública ambos trilharam os caminhos do associativismo, de ajuda ao próximo, sempre com o objetivo primordial de construírem uma instituição que fosse transversal a todas as gerações e que fosse ao encontro das diversas vocações das gentes da Ega, e de todos aqueles que se quisessem juntar.

Duas pessoas ímpares que com grande empenho e dedicação extraordinária ofereceram do seu tempo, muitas vezes sacrificando a sua vida pessoal e familiar, fazendo crescer o que é hoje o Centro Social e Polivalente de Ega.

Foram dirigentes por vários mandatos e naturalmente foram ultrapassando as dificuldades e os obstáculos com resiliência, paciência e humildade. Certamente, em algum momento, pensaram em desistir e que não valeria a pena. Mas não! Prosseguiram, colaborando com todos os que faziam parte desta grande obra, e com isso, deixaram o seu exemplo para as gerações futuras.

Esta Assembleia reconhece o privilégio que foi ter estes dois grandes seres humanos nesta caminhada e agradece, na pessoa dos familiares aqui presentes, com todo respeito e consideração, todo o trabalho, todos os sacrifícios e toda a dedicação e empenho em prol desta grande Casa e que continuaremos o seu legado no acolhimento e cuidado ao próximo e a quem mais precisa.

Diz o poeta “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce” ...foi assim que sonharam Ângelo Monteiro Tarrenta e Mário Augusto Pimentel Rebelo.”

De seguida, propôs que os seus números de sócios sejam eternizados e que assim possam ser lembrados, no futuro, como Homens que contribuíram para a construção desta Instituição.

O sócio Manuel Branco subscreve as palavras da Presidente da Mesa prestando também a sua homenagem. Transcrevendo-se o texto lido na reunião:

“Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Sócias e Sócios,

Desde a última Assembleia Geral acompanhámos à última morada os sócios e ex-dirigentes desta Instituição, Ângelo Monteiro Tarrenta e Mário Augusto Pimentel Rebelo. Homens de grande dedicação à causa social mas também ao desenvolvimento das atividades desportivas, recreativas e culturais na Ega, depois de Abril de 1974. Participaram ativamente sem se pouparem a esforços e por vezes com prejuízo das vidas pessoais e familiares, sempre em prol da sua Associação e Centro Social e Polivalente. Foi uma honra tê-los como companheiros de sucessivas direções e sei bem como se sentiam realizados por terem participado com empenho no processo da construção da primeira sede no Casal do Rosário e desta ERPI com Centro de Dia e Apoio Domiciliário acoplados. E da satisfação de em Julho de 2019 ajudarem a receber os primeiros utentes desta casa na valência ERPI. Foram, durante largos anos, companheiros e amigos, resilientes, participativos, colaborantes e dedicados à causa social na primeira sede e nesta casa. Como testemunha direta da sua ação, apoio o voto de homenagem e pesar que lhes é proposto pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral a apresentar às respetivas famílias. A estes companheiros e amigos o meu Até Sempre!”

A Presidente da Mesa coloca a votação o voto de Homenagem e de Pesar aos sócios Ângelo Monteiro Tarrenta e Mário Augusto Pimentel Rebelo. Ambos os Votos foram aprovados por unanimidade. Coloca ainda a votação da eternização do número de sócio 46 de Ângelo Monteiro Tarrenta, que foi aprovado por unanimidade e o número de sócio 13 de Mário Augusto Pimentel Rebelo, também aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto três da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa passa a palavra ao Presidente da Direção que, por sua vez, cumprimenta os sócios dando nota que a Conta de Exploração foi concretizada tendo em conta o processo eleitoral que se avizinha e daí resultar uma nova Direção. Quanto ao Plano de Ação refere que foi elaborado pelas respetivas Diretoras Técnicas, as quais fizeram, seguidamente, a apresentação do documento.

A Dra. Marta Branco, na posse da palavra, refere que o plano de ação é um guião de trabalho tendo uma caracterização sumária da instituição e respetivas respostas sociais, atividades desenvolvidas, objetivos estratégicos, plano de formação e o plano de atividades de animação comuns para Centro de Dia e Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI). É objetivo continuar a dar resposta às necessidades das pessoas através de uma equipa multidisciplinar com soluções mais criativas e eficazes. Do documento, salienta as respostas sociais, os parceiros, as cooperações e as fontes de financiamento. Quanto ao organograma da Instituição, este, mantém-se. Os princípios de ação, como a visão em disponibilizar um conjunto de serviços de qualidade, prestado por pessoas qualificadas e, a missão, em apoiar, respeitar e acarinhar os idosos, a respetiva família e outras pessoas da comunidade, respondendo às necessidades específicas promovendo a vida com dedicação e humildade. Os valores da Instituição baseiam-se na responsabilidade, solidariedade, humanização, respeito, transparência, humildade e sinceridade.

A Dra. Patrícia Oliveira, na posse da palavra, destaca a análise SWOT efetuada para a elaboração do documento, mencionando os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças, sendo que através desta análise foi elaborado o objetivo estratégico. A Dra. Marta refere que o Centro de Dia (CD) é uma resposta social desenvolvida em equipamento e que consiste na prestação de serviços que contribuem para a manutenção dos clientes no seu meio sócio familiar, tendo como objetivo melhorar o bem-estar dos clientes, ou seja, promover a saúde e qualidade de vida. Quanto ao Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é a resposta social que presta serviços e cuidados individualizados no domicílio, a indivíduos idosos, para que permaneçam o maior tempo possível no seu meio natural de vida. Reforça que este ano todas as vagas estiveram



preenchidas e espera continuar este trabalho com o esforço e empenho de toda a equipa multidisciplinar.

A Dra. Patrícia, refere que a ERPI constitui uma resposta social que proporciona serviços permanentes e adequados às necessidades biopsicossociais das pessoas idosas. O seu principal objetivo é promover o bem-estar físico, social e mental dos seus clientes tendo vários objetivos específicos, tais como, disponibilizar os apoios necessários às famílias dos clientes, no sentido de preservar e fortalecer os laços familiares, prevenir situações de dependência e promover autonomia, entre outros. O Centro Social e Polivalente de Ega tem capacidade para acolher um total de 60 clientes em ERPI, sendo que, destes, 48 tem acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, dos quais, 10 são vagas reservadas à Segurança Social para situações de emergência social, sinalizados e encaminhados por esta entidade. As restantes 12 vagas não têm acordo com o Instituto da Segurança Social, sendo, por isso, de regime particular. Relativamente aos Recursos Humanos, a Dra. Marta refere que a maioria dos colaboradores da instituição é do género feminino na generalidade das categorias profissionais e, no que diz respeito às habilitações literárias, também predominam as mulheres com o grau de ensino secundário e superior. No que diz respeito ao Plano de Formação para o próximo ano, prevê-se a realização das seguintes ações de formação: Saúde da Pessoa Idosa - Cuidados Básicos, prestação de cuidados humanos básicos - alimentação, ferramentas de comunicação humanizada, entre outras que sejam de interesse para os colaboradores e técnicos.

Quanto ao Plano de Atividades Socioculturais, a Dra. Patrícia refere que o mesmo tem como finalidade proporcionar novas experiências aos clientes, com o intuito de assegurar a qualidade de vida valorizando as memórias. No planeamento das atividades foi preocupação a satisfação dos clientes, nomeadamente nas atividades de animação e ocupação do seu dia-a-dia. No documento, consta, não somente o plano anual, mas também o plano semanal que é elaborado para uma melhor gestão de recursos humanos e logística. As atividades são alvo de avaliação contínua pelos clientes envolvidos. Este documento apresenta as orientações para o trabalho a desenvolver pela equipa técnica do CSPE, que trabalha diariamente para a promoção da qualidade de vida, dignidade do cliente e resposta mais adequada a cada situação. As atividades são divididas por várias

áreas: nomeadamente, artes criativas, lúdico-recreativa, físico/motoras, religiosas/espirituais, do quotidiano, cognitivas de desenvolvimento individual e social e festivas. As atividades de animação sociocultural são divididas por mês e por tema, as atividades fixas da instituição são a aula de música, mobilidade física, celebração de eucaristia, dominó e recitação do terço. Além da prestação de cuidados básicos de qualidade também se pretende continuar a proporcionar momentos de bem-estar e lazer aos nossos clientes. De ressaltar que o plano apresentado poderá sofrer alterações de acordo com acontecimentos imprevisíveis ou não programados.

A Presidente da Mesa agradece às Diretoras Técnicas e pergunta se há questões. O sócio Manuel Branco pede a palavra referindo que na caracterização sumária da instituição sugere que deve constar a data vinte e sete de junho de mil novecentos e oitenta e nove entre as duas datas mencionadas, pois se assim não for, o início de atividade não está em conformidade com o que na realidade se verificou. Na página nove, no que diz respeito às candidaturas aos diferentes programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional considera estar um pouco redutor pois as candidaturas não devem ser só àquela entidade, mas sim, a todos os organismos que trouxerem benefícios ao Centro Social. Na página onze, refere que se deve refletir sobre os pontos fracos identificados, pois entende que os acordos de cooperação são o que permite dar boas condições à Instituição, neste contexto, julga ser um ponto forte porque sem eles a Instituição não funcionaria. Quanto ao segundo ponto dos pontos fracos refere que a Instituição existe para prestar serviço aos clientes e quanto mais clientes mais forte a Instituição. A Dra. Marta toma da palavra para esclarecer que a dependência descrita está relacionada com a sustentabilidade da Instituição e que, os utentes estão cada vez mais dependentes fisicamente e dos equipamentos disponíveis. A Dra. Anabela Monteiro, Assistente Social da Instituição, pede a palavra referindo que relativamente ao primeiro ponto dos pontos fracos concorda com o sócio Manuel Branco uma vez que, também pode ser colocado nos pontos fortes simultaneamente com os fracos. O sócio Manuel Branco usa da palavra referindo que discorda, pois, nem as Instituições ricas podem dispensar de acordos de cooperação e que para a nossa Instituição os acordos são um ponto forte sem dúvida nenhuma. O Presidente da Direção refere que concorda com as sugestões propostas e irá proceder às alterações sugeridas. O sócio Luís Paiva pede a palavra para referir que nos

pontos fracos, da forma como estão explanados, os recursos humanos originam dúvidas. A Dra. Marta considera que temos bons colaboradores e julga que o problema está na rotatividade de colaboradores que não permitem consistência nas equipas. O sócio Luís Paiva toma de novo a palavra, referindo que existe dificuldade em fixar colaboradores neste setor, e considera que será uma área a trabalhar melhor no futuro para fidelizar colaboradores.

A Presidente da Mesa questiona se existe mais algum esclarecimento, não existindo, passa a palavra ao Presidente da Direção. O Presidente da Direção reforça a dificuldade que a Dra. Marta tem em contratar colaboradores e que a contratação destes novos colaboradores deverá ser cuidadosa tendo em conta a natureza do trabalho efetuado. O sócio Manuel Branco pede a palavra referindo que saíram bons colaboradores para a concorrência, e que deverá ser analisada a razão.

Não existindo mais esclarecimentos a prestar, a Presidente da Mesa passa a palavra ao Dr. José Pedro Nujo Antunes, Contabilista Certificado da Instituição, para apresentação da conta de exploração previsional e orçamento de investimentos para o ano dois mil e vinte e cinco. O Dr. José Pedro reforça que o documento é importante pois permite projetar o ano, refletir os gastos e rendimentos, partindo para a projeção do ano de dois mil e vinte cinco. A conta de exploração é uma demonstração de resultados, rendimentos e gastos. Quanto aos gastos refere que os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas atinja o valor de duzentos e setenta e um mil seiscentos e cinquenta e oito euros e oitenta cêntimos (271.658,80€), gastos este com géneros alimentícios, material clínico, hoteleiro e de higiene. A previsão dos fornecimentos e serviços externos para dois mil e vinte cinco é de cento e cinquenta e três mil duzentos e quarenta e sete euros e trinta e quatro cêntimos (153.247,34€), menos oito vírgula dezoito por cento (8,18%) que a projeção do ano anterior. O gasto com o pessoal prevê-se que atinja o valor de oitocentos e cinquenta e um duzentos e quarenta e três euros e oitenta cêntimos (851.243,80€) tendo já em conta o peso da atualização do salário mínimo e taxa social única. A previsão para dois mil e vinte cinco dos gastos de depreciação e de amortização é de cento e setenta e dois mil e cinquenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos (172.054,34€), sendo um gasto técnico.



O contabilista passa ao ponto relativo aos rendimentos referindo que estes vêm tentar compensar os gastos, em que nos Serviços Prestados, prevê-se que a Instituição obtenha um milhão trezentos e setenta e dois mil quinhentos e cinquenta e oito euros e cinquenta cêntimos (1.372.558,50€), um acréscimo de sete virgula seis por cento (7,6%) em relação a dois mil e vinte e quatro que deriva das pensões, do número de frequência de utentes entre outros fatores. Quanto aos subsídios à exploração prevê cinco mil quinhentos e oito euros (5.508,00€) com apoios que provenham do Instituto de Emprego e Formação Profissional. A rúbrica de rendimentos e ganhos prevê atingir o valor de oitenta e cinco mil seiscentos e noventa e nove euros e trinta cêntimos (85.699,30€). Quanto aos juros e outros rendimentos similares prevê-se que atinjam dois mil e novecentos euros (2.900,00€), podendo ser um pouco menos.

Para finalizar, o contabilista salienta a previsão de gastos de um milhão quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e oitenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos (1.448.584,28€) e, a previsão de rendimento de um milhão quatrocentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos (1.466.665,80€) obtendo-se assim um resultado líquido de dezoito mil e oitenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos (18.081,52€), em que cinquenta e oito por cento (58%) representam os gastos com o pessoal em dois mil e vinte e cinco. A previsão dos investimentos para dois mil e vinte e cinco ronda os oitenta e três mil euros (83.000,00€), sem recurso a créditos.

A Presidente da Mesa pergunta se existem questões para esclarecimentos. O sócio Manuel Branco pede a palavra referindo que no documento das contas de exploração, constata-se que em despesas de Seguros há um gasto total de quinze mil e seiscentos euros (15.600,00€), recomendando assim, fazer um levantamento de três companhias de seguros para orçamentos.

Questiona, na página seis, se “outras imobilizações corpóreas” com o valor de vinte sete mil e quatrocentos euros (27.400,00€) são amortizações, ao qual, o contabilista responde que afirmativamente. O sócio Manuel Branco refere que o número de utentes que consta na página sete são, trinta e um e, no plano de ação, são trinta. A Dra. Marta Branco intervém referindo que a vaga a mais é em regime privada. O sócio questiona ainda o valor exposto no documento relativo às mensalidades da ERPI, referindo que existem



quarenta e oito utentes com acordos de cooperação e doze utentes sem acordos, assim, questiona como é que este valor foi apurado, uma vez que os doze utentes sem acordo pagam muito mais. O Dr. José Pedro responde explicando que o valor apresentado das mensalidades é uma média de todas as mensalidades.

O sócio Manuel Branco refere que o Presidente da Direção deveria ter explicado sobre o ponto de situação sobre a creche referenciada na página onze. Dá nota positiva pelo fato de se ter repensado na localização deste equipamento, em terreno doado pela proprietária, havendo a possibilidade de aumentar a capacidade do mesmo. No entanto, alerta para que os custos do projeto/construção desta estrutura sejam devidamente, e rigorosamente apurados e explicados aos sócios de forma clara, assim como, se devem pedir apoios a todas as entidades públicas intervenientes e realizadas candidaturas a fim de se obter financiamento. Relembrando que o estudo demográfico também será uma mais-valia para se perceber a viabilidade do projeto.

A Presidente da Mesa questiona se existe mais alguma questão ou esclarecimento. Não havendo passa a palavra ao Presidente da Direção.

O Presidente da Direção toma da palavra referindo que, na rúbrica dos gastos está incluído o custo de uma carrinha elétrica necessária para que o apoio domiciliário preste devidamente os serviços aos clientes.

Quanto ao orçamento da creche refere que não pode avançar sem ter a posse do terreno. Refere que o terreno são dois artigos matriciais e só depois de os adquirir e legalizar é que pode garantir que o terreno é da Instituição. Assim que tiver o projeto e a posse do terreno já consegue fazer um orçamento mais realista e apresentá-lo à Assembleia, até lá, nada está garantido, sendo que irão haver eleições e não pretende comprometer a próxima direção que poderá ter outro entendimento relativamente a esta matéria.

O Presidente da Direção informa que por impossibilidade de agenda não está presente nenhum membro do Conselho Fiscal. Neste sentido, a Presidente da Mesa solicita à Primeira Secretária para proceder à leitura e, após leitura da ata número trinta e oito (38) do Conselho Fiscal, a mesma foi aprovada por unanimidade.



A Presidente da Mesa coloca a votação o Plano Anual de Ação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e o documento de Conta de Exploração Previsional e Orçamento tendo o mesmo sido aprovado por maioria com um voto contra e uma abstenção.

A Presidente da Mesa passa ao ponto quatro da ordem de trabalhos passando a palavra ao Presidente da Direção.

O Presidente da Direção intervém fazendo um resumo dos últimos quatro anos de mandato, salientado que quase duplicámos os lucros e que ainda existe valores a receber por parte da Segurança Social; relativos à carrinha elétrica - dezassete mil e quinhentos euros (17.500,00€) e do projeto AVAC cerca de trinta mil euros (30.000,00€). Salienta que a Instituição tem tudo pago não tendo dívidas. Em relação aos funcionários, os mesmos têm novos equipamentos/fardamento, como forma de incentivo foi-lhes dado a oportunidade do gozo do dia de aniversário, prémios de assiduidade, foi reforçado o serviço de receção e foram promovidas algumas categorias profissionais. A contratação de um médico de Medicina Geral foi muito benéfica, dado que o surto da COVID-19 surgiu nessa altura, e foi importante o acompanhamento por parte desta área clínica. A equipa de animação foi reforçada e foi estabelecido um protocolo com a CEPESA – empresa petrolífera, para utilização de combustível, de boa qualidade, na frota da Instituição. Quanto a investimentos, o Presidente da Direção, refere que os maiores gastos foram com as refeições, também existiram despesas com as escadas para o piso superior e, recentemente, foi colocada uma proteção no gerador por causa do desgaste. Foram reparadas mais de vinte fugas de água, no entanto, expôs-se a situação à Câmara Municipal que perdoou uma parte da dívida. Foram colocadas coberturas para as carrinhas, adquiridas grelhas para escoar resíduos dos caixotes do lixo, no entanto ainda não estão aplicadas por falta de mão-de-obra. O ar condicionado foi instalado, sendo que ainda não foi possível fazer uma estimativa de custos porque só recentemente estão a funcionar em pleno. Foram instalados cento e seis painéis solares com uma poupança de cerca de seiscentos euros de eletricidade por mês. Adquirimos mais uma máquina de lavar louça. Realizámos um acordo com a Junta de Freguesia para criação de um parque com equipamentos de ginástica que é muitas vezes utilizado pelos idosos da Instituição.

Finalizando o discurso, salienta que foram quatro anos de mandato levados a “bom porto” desejando a todos um Feliz Natal.

A Presidente da Assembleia pergunta se há questões. O sócio Manuel Branco pede a palavra lembrando que na última Assembleia, a propósito do sistema AVAC, foi mencionado que existia um advogado a tratar do assunto, neste contexto, pretende saber em que ponto está a situação.

O Presidente da Direção referiu que em reunião com o advogado e com o arquiteto sobre os problemas detetados na instalação inicial do AVAC chegou-se à conclusão de que o empreiteiro seria ilibado de responsabilidades. Por conseguinte, não foram tomadas mais diligências neste processo/assunto.

Não existindo mais questões a Presidente da Mesa informa toda a Assembleia que o processo eleitoral irá realizar-se no dia vinte e um de dezembro, das dezoito horas às vinte horas, neste local. A data limite de entrega de listas será até ao dia catorze de dezembro, às dezoito horas. Despede-se de todos os sócios, agradecendo pela forma cordial como decorreram todas as sessões em que presidiu. E, pedindo desculpa pelas falhas em que esteve menos bem. Salienta que trabalhar para e com pessoas é difícil e desgastante num contexto ERPI e, acredita que esta Direção tomou as melhores decisões de acordo com o momento e contexto em que estava. Entende que esta ou qualquer outra direção deverá ter sempre como foco a prestação dos melhores serviços e cuidados aos clientes. Deseja a todos umas Boas Festas.

Posto isto, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa agradece aos sócios pela presença dando por encerrada a sessão. Da mesma se lavra a presente ata que vai ser assinada pela Mesa:

Presidente da Assembleia: *Brune Filipe Pinheiro dos Santos*

Primeiro Secretário: *Raquel Paulino*

Segundo Secretário: *Lúcia Maria Monteiro Ferreira*